



Março/2011

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Concurso Público para provimento de cargos de **Juiz Substituto**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

Prova Objetiva Seletiva

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida ao candidato a consulta a qualquer tipo de legislação, súmulas e jurisprudência dos Tribunais, anotações ou a quaisquer outros materiais.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



**Direito Civil**

1. No Direito brasileiro vigora a seguinte regra sobre a repristinação da lei:
- (A) não se destinando a vigência temporária, a lei vigorará até que outra a modifique ou revogue.
 - (B) se, antes de entrar em vigor, ocorrer nova publicação da lei, destinada a correção, o prazo para entrar em vigor começará a correr da nova publicação.
 - (C) as correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
 - (D) salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
 - (E) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

2. A pessoa jurídica "X" que tem sede na Capital do Estado e estabelecimento em diversos municípios do interior, em um desses municípios contratou os serviços da oficina mecânica "Y" para manutenção de seus veículos mas não pagou pelos serviços prestados. Tendo "Y" de demandar a devedora no domicílio dela, é possível ajuizar a ação
- (A) somente na Capital do Estado, porque nela se encontra a sede da devedora.
 - (B) em qualquer comarca, dentro da qual a devedora possua estabelecimento.
 - (C) na comarca a que pertencer o município no qual o contrato foi celebrado.
 - (D) apenas na comarca a que pertencer o município onde se encontrar o principal estabelecimento da devedora.
 - (E) em qualquer comarca do Estado, de livre escolha do credor, porque o domicílio na Capital estende seus efeitos para todo o limite territorial do Estado.

3. Os imóveis a seguir mencionados pertencem:
- Imóvel 1 – a uma pessoa jurídica de direito privado, mas de que o Estado é acionista;
- Imóvel 2 – a uma autarquia, onde funciona hospital para atendimento gratuito da população;
- Imóvel 3 – a um loteamento urbano aprovado e registrado, para servir de praça pública, mas cujo terreno não foi objeto de desapropriação;
- Imóvel 4 – ao município que o recebeu, por ser a herança vacante, e que permanece sem destinação.
- Esses imóveis são classificados, respectivamente, como bens:
- (A) particular; público de uso especial; público de uso comum do povo; público dominical.
 - (B) público de uso especial; público de uso especial; particular por falta de desapropriação; público dominical.
 - (C) particular; público de uso comum do povo; público de uso comum do povo; público de uso especial.
 - (D) público dominical; público de uso especial; particular, por falta de desapropriação mas que se tornará público pela usucapião; público dominical.
 - (E) particular; público de uso especial; particular que só se tornará público por desapropriação; público dominical.

4. Na interpretação do silêncio, como manifestação da vontade, é correto afirmar que
- (A) sempre que uma das partes silencia, quando devesse manifestar, caracteriza-se o consentimento.
 - (B) importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
 - (C) vigora o adágio "quem cala consente", em qualquer circunstância.
 - (D) o silêncio só importará consentimento depois de ratificação expressa.
 - (E) não se admite o silêncio como forma de manifestação da vontade, salvo nos casos em que a ratificação tácita é prevista em lei.

5. Consideram-se: I. válido; II. ineficaz; III. anulável; IV. nulo, os seguintes negócios jurídicos, respectivamente:
- (A) I. a alienação fiduciária de imóvel no Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) por instrumento público; II. o pacto antenupcial celebrado por instrumento particular se o casamento se lhe seguir; III. o contrato que tenha por objeto herança de pessoa viva; IV. o negócio jurídico celebrado em estado de perigo.
 - (B) I. pacto antenupcial celebrado por instrumento particular se os nubentes não possuírem imóveis antes do casamento; II. o contrato que tenha por objeto herança de pessoa viva; III. o negócio jurídico realizado em estado de perigo; IV. a alienação fiduciária de imóvel no Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) por instrumento particular.
 - (C) I. o contrato que tenha por objeto herança de pessoa viva, se esta consentir; II. o pacto antenupcial celebrado por instrumento público, se não lhe seguir o casamento; III. o negócio jurídico realizado em estado de perigo; IV. a alienação fiduciária de imóvel no Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), por instrumento particular.
 - (D) I. a alienação fiduciária de imóvel no Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) por instrumento particular; II. o pacto antenupcial celebrado por instrumento público, se não lhe seguir o casamento; III. o negócio jurídico realizado em estado de perigo; IV. o contrato que tenha por objeto herança de pessoa viva.
 - (E) I. a alienação fiduciária de imóvel no Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) por instrumento público; II. o pacto antenupcial celebrado por instrumento particular se o casamento se lhe seguir; III. o contrato que tenha por objeto herança de pessoa viva; IV. o negócio jurídico celebrado em estado de perigo.

6. O pagamento efetuar-se-á
- (A) no domicílio do credor, salvo convenção em contrário.
 - (B) no local convenionado, mas o pagamento feito reiteradamente em outro local faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.
 - (C) sempre no domicílio do devedor, salvo, apenas, disposição legal em sentido contrário.
 - (D) onde melhor atender o interesse do credor, salvo convenção em sentido contrário.
 - (E) onde for menos oneroso para o devedor, salvo convenção em sentido contrário.



7. O motorista José, no dia 08 de dezembro de 2005, envolveu-se em acidente de trânsito, do qual resultaram danos em seu veículo e aos ciclistas Pedro e João, à época contando 12 (doze) e 16 (dezesseis) anos de idade, respectivamente. No procedimento criminal José foi absolvido, transitando em julgado a sentença em 09/06/2006. José ajuizou ação indenizatória contra Pedro e João, que têm patrimônio próprio, em 17/03/2009. Os réus, em peças distintas, contestaram, alegando que José fora culpado no acidente e apresentaram pedido contraposto, na audiência realizada em 12/06/2009, pleiteando indenização para serem ressarcidos dos prejuízos que também sofreram, inclusive mediante compensação se o juiz concluir pela concorrência de culpas. Foram ouvidas testemunhas e o juiz, de ofício, reconheceu que as pretensões do autor e dos réus estavam prescritas, porque já decorridos mais de 3 (três) anos desde o acidente, sendo este o prazo estabelecido no artigo 206, § 3º, V, do Código Civil.
- A sentença é
- (A) parcialmente correta, porque a prescrição só atingiu as pretensões de José e de João.
- (B) correta tanto em relação ao autor como aos réus.
- (C) incorreta, porque a prescrição não atingiu as pretensões do autor nem dos réus, à vista de circunstâncias que obstam o curso do prazo prescricional.
- (D) incorreta, porque o Juiz não pode, de ofício, reconhecer a prescrição.
- (E) parcialmente correta, porque a prescrição atingiu a pretensão do autor, mas não atinge o pedido contraposto, porque se caracteriza como exceção.
-
8. Sendo a obrigação indivisível e conjunta ou existindo solidariedade passiva em obrigação divisível, o credor
- (A) pode cobrar a dívida toda apenas de cada um dos devedores da obrigação indivisível, embora seja ela conjunta, mas não pode cobrar a dívida toda apenas de um dos devedores solidários, se a obrigação deles é divisível.
- (B) pode cobrar a dívida toda de apenas um dos devedores solidários, mas não pode cobrar integralmente a dívida de apenas um dos devedores se a obrigação é conjunta ainda que indivisível.
- (C) pode, em ambos os casos, cobrar a dívida toda de qualquer dos devedores.
- (D) não pode o credor em nenhum desses dois casos cobrar a dívida toda de apenas um dos devedores.
- (E) terá de demandar, em ambos os casos, todos os devedores, mas terá direito de receber apenas de um deles.
-
9. *Indo-se mais adiante, aventa-se a idéia de que entre o credor e o devedor é necessária a colaboração, um ajudando o outro na execução do contrato. A tanto, evidentemente, não se pode chegar, dada a contraposição de interesses, mas é certo que a conduta, tanto de um como de outro, subordina-se a regras que visam a impedir dificulter uma parte a ação da outra.*
- (Contratos, p. 43, 26ª edição, Forense, 2008, Coordenador: Edvaldo Brito, Atualizadores: Antonio Junqueira de Azevedo e Francisco Paulo de Crescenzo Marino).
- Pode-se identificar o texto acima com o seguinte princípio aplicável aos contratos:
- (A) da intangibilidade.
- (B) do consensualismo.
- (C) da força obrigatória.
- (D) da boa-fé.
- (E) da relatividade das obrigações pactuadas.
-
10. Sobre o contrato de compra e venda analise os itens abaixo:
- I. Transfere o domínio da coisa mediante o pagamento de certo preço em dinheiro, independente de tradição.
- II. Não pode ter por objeto coisa futura.
- III. É anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
- IV. É lícita a compra e venda entre cônjuge, com relação a bens excluídos da comunhão.
- V. Na venda *ad corpus*, presume-se que a referência às dimensões foi simplesmente enunciativa, quando a diferença encontrada não exceder de um vigésimo da área total enunciada.
- Está correto APENAS o que se afirma em
- (A) I, II e III.
- (B) I, III e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) III, IV e V.
-
11. Em um naufrágio, comprovadamente ocasionado pelo excesso de peso na embarcação permitido por Pedro, seu condutor, faleceram este e 3 (três) dos 5 (cinco) passageiros. Joaquim, um dos passageiros sobreviventes, para se salvar retirou o equipamento salva-vida que Pedro utilizava. O outro passageiro sobrevivente – Antonio – retirou também do passageiro José o equipamento salva-vida que este utilizava, razão pela qual veio a falecer. O cônjuge de Pedro move contra Joaquim ação de indenização por dano moral e os filhos menores de José movem ação de indenização por danos morais e materiais contra Antonio. A indenização
- (A) é devida em ambos os casos, porque, embora o estado de necessidade exclua a ilicitude do ato, não exime o causador do dano de ressarcir os prejuízos.
- (B) não é devida em nenhum dos dois casos, porque o estado de necessidade exclui a ilicitude do ato.
- (C) é devida, por Antonio, aos filhos de José, e Antonio pode cobrar do espólio de Pedro o que vier a despendar, mas não é devida a indenização ao cônjuge de Pedro.
- (D) é devida por Antonio aos filhos de José, e Antonio não tem direito de cobrar do espólio de Pedro o que despendar, mas não é devida a indenização ao cônjuge de Pedro.
- (E) é devida pela metade em ambos os casos, porque admitida, na responsabilidade civil, a compensação de culpas.
-
12. O possuidor, objetivando adquirir um imóvel pela usucapião extraordinária, para atingir o prazo exigido por lei,
- (A) pode acrescentar à sua posse a dos seus antecessores, facultativamente na sucessão singular, sendo que isto se dá, de pleno direito, na sucessão universal.
- (B) não pode acrescentar à sua posse a dos seus antecessores, seja a sucessão a título singular, seja universal.
- (C) acrescerá de pleno direito à sua posse apenas a de seus antecessores a título universal, mas em nenhuma hipótese a de seus antecessores a título singular.
- (D) pode acrescentar à sua posse apenas a de seus antecessores a título singular.
- (E) pode acrescentar à sua posse a dos seus antecessores facultativamente na sucessão a título universal e de pleno direito na sucessão a título singular.



13. O direito à prestação de alimentos obedece às seguintes regras:

- I. É recíproco entre pais e filhos e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.
- II. Na falta de ascendentes e de descendentes, cabe a obrigação aos irmãos germanos, mas não aos unilaterais, salvo se apenas unilaterais houver.
- III. Se o parente, que deve alimentos em primeiro lugar, não estiver em condições de suportar totalmente o encargo, serão chamados a concorrer os de grau imediato.
- IV. Na falta dos ascendentes, cabe a obrigação aos descendentes, independentemente da ordem de sucessão.
- V. Sendo várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos, todas devem concorrer na proporção dos respectivos recursos, e, intentada ação contra uma delas, poderão as demais ser chamadas a integrar a lide.

Estão corretas APENAS

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e V.
- (C) I, IV e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) III, IV e V.

14. Sendo o casamento realizado sob o regime da comunhão parcial de bens, entram na comunhão aqueles adquiridos na constância da sociedade conjugal,

- (A) apenas a título oneroso por ambos os cônjuges.
- (B) considerados instrumentos de profissão pertencentes a cada um dos cônjuges.
- (C) pela herança recebida por qualquer dos cônjuges, salvo cláusula testamentária impondo incomunicabilidade.
- (D) por doação a qualquer dos cônjuges.
- (E) por fato eventual, com ou sem o concurso de trabalho ou despesa anterior.

15. Na sucessão legítima

- (A) os filhos sucedem por cabeça e os outros descendentes apenas por estirpe.
- (B) em falta de descendentes e ascendentes, será deferida a sucessão por inteiro ao cônjuge sobrevivente, apenas se casado sob o regime da comunhão universal ou parcial de bens.
- (C) sendo chamados a suceder os colaterais, na falta de irmãos sucederão os tios e não os havendo os filhos dos irmãos.
- (D) em falta de descendente e ascendente, será deferida a sucessão por inteiro ao cônjuge sobrevivente, mesmo que casado tiver sido sob o regime da separação obrigatória de bens.
- (E) na classe dos ascendentes não há exclusão por grau, todos sendo aquinhoados em igualdade.

Direito Processual Civil

16. É correto afirmar que

- (A) o princípio da eventualidade concerne aos limites do pedido inicial formulado.
- (B) a coerência dos argumentos expostos caracteriza o princípio da congruência ou adstrição.
- (C) o princípio isonômico previsto processualmente é meramente formal e abstrato, ao contrário de igual princípio constitucional.
- (D) o princípio da iniciativa da parte rege o processo civil, não comportando exceções.
- (E) é possível ao juiz, por sua própria iniciativa, determinar as provas que entender necessárias à instrução do processo, indeferindo diligências inúteis ou meramente procrastinatórias.

17. Quanto à competência, é correto afirmar:

- (A) Argúi-se por meio de exceção a incompetência absoluta.
- (B) Não pode suscitar conflito a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência.
- (C) Declarada a incompetência absoluta, sempre se extinguirá o processo sem resolução do mérito.
- (D) Em razão da matéria e da hierarquia, a competência é derogável pela convenção das partes.
- (E) O foro contratual é personalíssimo, não obrigando os herdeiros e sucessores das partes.

18. É correto afirmar:

- (A) Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos legais, ou que apresenta defeitos e irregularidades que possam dificultar o julgamento de mérito, deverá o juiz indeferir-la de imediato.
- (B) Sendo a matéria controvertida unicamente de direito, se no juízo já houver sido proferida sentença de total procedência em casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença que reproduza o teor da anteriormente prolatada.
- (C) Ordenada a citação do réu, para responder ao pedido inicial, do mandado constará que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos e o direito alegados pelo autor.
- (D) O pedido deve ser sempre certo ou determinado.
- (E) Consistindo a obrigação em prestações periódicas, considerar-se-ão elas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor.

19. Demandado sozinho para responder pela totalidade da dívida, poderá o devedor solidário utilizar-se do instituto

- (A) da denunciação da lide.
- (B) da oposição.
- (C) do chamamento ao processo.
- (D) da assistência litisconsorcial.
- (E) da nomeação à autoria.



<p>20. No tocante às nulidades processuais, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Sob pena de preclusão, a nulidade dos atos processuais deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte manifestar-se nos autos, mesmo quando deva o juiz decretá-la de ofício.</p> <p>(B) Em ação na qual haja interesse de incapaz, a não intervenção do Ministério Público acarreta a nulidade do processo.</p> <p>(C) Pelo princípio da instrumentalidade das formas, realizado o ato processual de modo diverso ao previsto em lei, sem nulidade estabelecida, o juiz terá tal ato como válido se alcançar sua finalidade.</p> <p>(D) Ao pronunciar a nulidade, o juiz declarará os atos atingidos, ordenando as providências necessárias para que sejam repetidos ou retificados.</p> <p>(E) São nulas as citações e intimações, quando feitas sem observância das prescrições legais.</p>	<p>24. No tocante à liquidação, é correto afirmar que</p> <p>(A) de sua decisão caberá apelação.</p> <p>(B) quando esta se der por artigos, haverá necessidade de alegar e provar fato novo para determinar o valor da condenação.</p> <p>(C) é sempre necessária, quando haja condenação em pecúnia.</p> <p>(D) é defensável que nela se discuta novamente a lide ou que se modifique a sentença que a julgou.</p> <p>(E) seu requerimento pressupõe a formação anterior e necessária de coisa julgada.</p>
<p>21. Em relação aos recursos no processo civil,</p> <p>(A) a insuficiência no valor do preparo recursal implicará deserção imediata.</p> <p>(B) o recorrente pode desistir do recurso, desde que com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes necessários.</p> <p>(C) o não conhecimento do recurso principal não tem influência em relação ao recurso adesivo, que nesse ponto torna-se autônomo.</p> <p>(D) com exceção dos embargos de declaração, o prazo para recorrer no processo civil será sempre de quinze dias.</p> <p>(E) a renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte.</p>	<p>25. Em relação à coisa julgada, é correto afirmar:</p> <p>(A) forma-se pela verdade dos fatos, desde que estabelecida como fundamento da sentença.</p> <p>(B) se ocorreu preclusão, pode-se discutir no curso do processo as questões já decididas, desde que em Primeira Instância.</p> <p>(C) uma vez formada, com resolução de mérito, ter-se-ão como deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, que a parte poderia opor tanto ao acolhimento como à rejeição do pedido.</p> <p>(D) a resolução da questão prejudicial não a forma em nenhum caso.</p> <p>(E) o julgamento da relação jurídica continuativa, da qual sobreveio modificação no estado de fato ou de direito, é imutável pela formação de coisa julgada material.</p>
<p>22. São títulos executivos extrajudiciais, EXCETO</p> <p>(A) o contrato de abertura de crédito, desde que acompanhado de extrato da conta-corrente.</p> <p>(B) a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque.</p> <p>(C) o crédito decorrente de foro e laudêmio.</p> <p>(D) o crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio.</p> <p>(E) os contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e caução, bem como os de seguro de vida.</p>	<p>26. É correto afirmar que</p> <p>(A) caberá liminar em ação de despejo, ao término do prazo da locação não residencial, se proposta ação em até trinta dias do termo ou do cumprimento de notificação comunicando a intenção da retomada.</p> <p>(B) a sentença proferida na ação de alimentos forma coisa julgada material, por isso possibilitando a revisão do valor fixado.</p> <p>(C) a ação de imissão na posse segue o rito ordinário e tem natureza possessória.</p> <p>(D) não encontrado o bem alienado fiduciariamente, o credor hipotecário poderá requerer a conversão do pedido de busca e apreensão em ação de depósito, que sujeitará o devedor fiduciante à prisão civil.</p> <p>(E) a obrigação de fazer constante da ação respectiva pode converter-se em perdas e danos por iniciativa e escolha do réu.</p>
<p>23. Os embargos do devedor</p> <p>(A) referem-se à defesa a ser oferecida no cumprimento de sentença.</p> <p>(B) serão oferecidos no prazo de quinze dias, contados da data da citação do devedor.</p> <p>(C) se opostos quando garantido o Juízo, como regra serão recebidos no duplo efeito.</p> <p>(D) serão rejeitados liminarmente quando intempestivos, quando inepta a petição inicial ou quando manifestamente protelatórios.</p> <p>(E) recebidos com efeito suspensivo, não impedirão a efetivação dos atos de penhora, avaliação e alienação dos bens.</p>	<p>27. Ocorrendo a revelia,</p> <p>(A) poderá o autor alterar o pedido, ou a causa de pedir, bem como demandar declaração incidente, independentemente de nova citação do réu.</p> <p>(B) poderá o réu intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.</p> <p>(C) reputar-se-ão verdadeiros, de modo absoluto, os fatos afirmados pelo autor.</p> <p>(D) não poderá o réu participar da audiência de instrução e julgamento que venha a ser designada.</p> <p>(E) deverá o juiz, necessariamente, julgar o processo antecipadamente, dada a veracidade presumida dos fatos alegados pelo autor.</p>

**Direito do Consumidor**

28. Na hipótese de dano causado ao consumidor por defeito de fabricação de veículo importado, a responsabilidade pela sua reparação
- (A) depende da existência de culpa.
 - (B) é do comerciante, em primeira intenção.
 - (C) é exclusiva do importador do veículo.
 - (D) é do fabricante estrangeiro e do importador nacional em caráter solidário.
 - (E) é exclusiva do fabricante estrangeiro.

29. Constatado vício no funcionamento de produto durável (geladeira), sessenta dias após sua aquisição, o consumidor
- (A) não poderá exigir o saneamento do vício.
 - (B) poderá exigir saneamento do vício, no prazo máximo de trinta dias.
 - (C) poderá exigir, imediatamente, a substituição do produto por outro da mesma espécie.
 - (D) poderá exigir, imediatamente, a substituição do produto por outro, ainda que de espécie, marca ou modelo diversos.
 - (E) poderá exigir, imediatamente, a substituição do produto, a restituição da quantia paga ou o abatimento do preço.

30. Na superveniência de vício de qualidade do produto, o consumidor poderá fazer uso imediato dos seus direitos reparatórios sempre que
- (A) tiver adquirido o produto mediante pagamento à vista.
 - (B) o fornecedor abrir mão do direito e proceder ao saneamento do vício.
 - (C) o produto, por ser essencial, não comportar saneamento.
 - (D) não tiver decorrido o prazo máximo de trinta dias.
 - (E) não tiver decorrido o prazo máximo de noventa dias.

31. Dentre os direitos básicos assegurados pela Teoria Geral do Direito abaixo discriminados NÃO se aplica às relações de consumo a regra
- (A) do *pacta sunt servanda*.
 - (B) da inversão do ônus da prova.
 - (C) da continuidade dos serviços essenciais prestados pelo Poder Público.
 - (D) da verossimilhança das alegações do consumidor.
 - (E) da desconsideração da personalidade jurídica.

32. Uma mensagem publicitária considera-se abusiva quando
- (A) tiver finalidade ideológica ou política.
 - (B) induzir em erro o consumidor.
 - (C) deixar de informar o consumidor sobre dado essencial do produto ou serviço.
 - (D) for patrocinada pelo Poder Público.
 - (E) desrespeitar valores ambientais.

33. A prescrição da pretensão relativa à reparação dos danos causados pelo fato do produto ou do serviço
- (A) consuma-se no prazo de noventa dias contados do respectivo fornecimento.
 - (B) consuma-se no prazo de cinco anos contados do conhecimento do dano.
 - (C) consuma-se no prazo de cinco anos contados do momento em que ficar evidenciado o defeito.
 - (D) não ocorre.
 - (E) depende de prévia reclamação formulada pelo consumidor.

34. O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de sete dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço e pleitear a devolução dos valores pagos, quando
- (A) se tratar de produtos duráveis.
 - (B) se tratar de produtos industrializados.
 - (C) tiver efetivado o pagamento à vista.
 - (D) tiver notificado previamente o respectivo fornecedor.
 - (E) o respectivo contrato tiver sido celebrado fora do estabelecimento fornecedor, especialmente pela internet.

35. No fornecimento de serviços, a responsabilidade pela reparação dos danos causados aos usuários, depende da demonstração de culpa dos
- (A) prestadores de serviços em geral.
 - (B) caminhoneiros em autoestrada.
 - (C) profissionais liberais.
 - (D) prepostos de pessoas jurídicas de direito privado.
 - (E) servidores públicos.

Direito da Criança e do Adolescente

36. Considere as seguintes afirmações:
- I. O Estado assegurará ensino fundamental, obrigatório e gratuito, desde que a criança se encontre na idade própria.
 - II. Será oferecido o ensino fundamental pelo Poder Público, cuja omissão ou oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.
 - III. Os dirigentes de estabelecimento de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos e os de elevados níveis de repetência.
 - IV. O atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência se dará preferencialmente em estabelecimentos também especializados fora da rede regular de ensino.
 - V. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança.

Para assegurar o direito à educação da criança são corretas as afirmações

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) III, IV e V.



<p>37. O direito a proteção à vida e à saúde, permitindo o crescimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso da criança, compreende</p> <p>(A) a prestação de condições adequadas ao aleitamento materno, salvo se a mãe estiver submetida a medida privativa de liberdade, devendo a criança nesse caso ser encaminhada necessariamente a uma família substituta.</p> <p>(B) seu atendimento em qualquer hospital da rede pública ou particular, às expensas do Estado.</p> <p>(C) o atendimento pré e perinatal da gestante pelo Poder Público apenas se não tiver condições de arcar com as despesas em clínicas ou hospitais particulares.</p> <p>(D) o encaminhamento da gestante aos diferentes níveis de atendimento médico independentemente de qualquer critério de regionalização estabelecido pelo Sistema Único de Saúde.</p> <p>(E) o encaminhamento da gestante aos diferentes níveis de atendimento segundo critérios médicos específicos, obedecendo-se aos princípios da regionalização e hierarquização do Sistema Único de Saúde.</p>	<p>Direito Penal</p> <p>41. Nos chamados crimes de mão própria, é</p> <p>(A) incabível o concurso de pessoas.</p> <p>(B) admissível apenas a participação.</p> <p>(C) admissível a coautoria e a participação material.</p> <p>(D) incabível a participação moral.</p> <p>(E) admissível apenas a coautoria.</p>
<p>38. Na colocação da criança ou adolescente em família substituta, observar-se-á a seguinte regra:</p> <p>(A) a guarda obriga à prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, mas não confere a seu detentor o direito de opor-se aos pais.</p> <p>(B) não será aceita a nomeação de tutor por testamento, uma vez que se trata de ato privativo do Juiz, ouvido o Ministério Público.</p> <p>(C) tratando-se de maior de 12 (doze) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência.</p> <p>(D) podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando, desde que o adotante tenha mais de 21 (vinte e um) anos e seja, pelo menos, 16 (dezesseis) anos mais velho do que o adotando.</p> <p>(E) não se admitem organismos estrangeiros encarregados de intermediar pedidos de habilitação à adoção internacional.</p>	<p>42. No tocante às penas privativas de liberdade,</p> <p>(A) é possível a fixação do regime fechado para cumprimento de pena de detenção, se reincidente o condenado e a agravante decorrer da prática da mesma infração.</p> <p>(B) é inadmissível a adoção do regime prisional semiaberto ao reincidente condenado a pena igual ou inferior a quatro anos, ainda que favoráveis as circunstâncias judiciais.</p> <p>(C) a prática de falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional, segundo posição do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(D) é incabível a determinação de exame criminológico para análise de pedido de progressão, mesmo que motivada a decisão, consoante entendimento dos Tribunais Superiores.</p> <p>(E) a gravidade abstrata do delito permite o estabelecimento de regime mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.</p>
<p>39. A medida socioeducativa de internação</p> <p>(A) não pode exceder a 3 (três) meses no caso de descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.</p> <p>(B) é cabível no caso de reiteração no cometimento de outras infrações, independentemente de sua natureza.</p> <p>(C) não admite a realização de atividades externas.</p> <p>(D) não permite a suspensão temporária de visitas.</p> <p>(E) deve ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada 3 (três) meses.</p>	<p>43. A pena de prestação pecuniária</p> <p>(A) é sempre incabível para o condenado reincidente.</p> <p>(B) deve ser fixada em dias-multa.</p> <p>(C) só pode ser estabelecida em favor da vítima ou de seus dependentes.</p> <p>(D) é autônoma e, nos crimes culposos, substitui a privativa de liberdade não superior a quatro anos.</p> <p>(E) pode consistir em prestação de outra natureza, se houver aceitação do beneficiário.</p>
<p>40. No que concerne aos crimes praticados contra a criança e o adolescente, estabelecidos na Lei nº 8.069/90, é correto afirmar que</p> <p>(A) não se aplicam as normas da Parte Geral do Código Penal.</p> <p>(B) são tipificadas apenas condutas comissivas.</p> <p>(C) não há previsão de delito culposos.</p> <p>(D) são de ação pública incondicionada.</p> <p>(E) são sempre apenados com reclusão.</p>	<p>44. Na aplicação da pena,</p> <p>(A) pode o juiz limitar-se a uma só diminuição se, no caso, concorrerem as causas de diminuição da tentativa e da semi-imputabilidade do agente.</p> <p>(B) é possível a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base, segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(C) o aumento pelo crime continuado deve preceder a diminuição pela confissão espontânea.</p> <p>(D) é admissível o reconhecimento de atenuante em razão de circunstância relevante, posterior ao crime, embora não prevista expressamente em lei.</p> <p>(E) a reincidência pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça.</p>



<p>45. Em matéria de extinção da punibilidade, é possível assegurar que</p> <p>(A) as causas de aumento ou de diminuição, com exceção do concurso material, do concurso formal e do crime continuado, devem ser computadas no prazo prescricional.</p> <p>(B) as medidas de segurança não se sujeitam à prescrição.</p> <p>(C) a reincidência não interfere na prescrição da pretensão executória.</p> <p>(D) a prescrição admite interrupção, mas não suspensão.</p> <p>(E) é admissível pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal, segundo súmula do Superior Tribunal de Justiça.</p>	<p>50. No que concerne aos crimes hediondos e equiparados, é correto afirmar que</p> <p>(A) os condenados por crime de tortura, em qualquer modalidade, deverão iniciar o cumprimento da pena em regime fechado.</p> <p>(B) a progressão de regime dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 2/3 (dois terços), se reincidente específico em crime da mesma natureza.</p> <p>(C) o livramento condicional poderá ser concedido após o cumprimento de 3/5 (três quintos) da pena.</p> <p>(D) entre eles não se inclui o estupro de vulnerável e o homicídio simples.</p> <p>(E) não pode ser classificado como de tal natureza a extorsão qualificada pela lesão grave.</p>
<p>46. No crime de lesão corporal praticado no contexto de violência doméstica (art. 129, § 9º, do Código Penal),</p> <p>(A) o sujeito passivo é sempre a mulher.</p> <p>(B) é necessário que a vítima conviva com o agente.</p> <p>(C) não incide a agravante de o crime ser cometido contra cônjuge, se a ofendida é casada com o autor.</p> <p>(D) a pena é aumentada de 1/6 (um sexto) se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência.</p> <p>(E) não basta que se prevaleça o agente de relação de hospitalidade.</p>	<p>51. A suspensão condicional do processo prevista no art. 89 da Lei nº 9.099/95</p> <p>(A) é aplicável tão-somente às infrações de menor potencial ofensivo.</p> <p>(B) é cabível na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva, segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(C) exige necessariamente a reparação do dano.</p> <p>(D) é cabível no crime continuado, ainda que a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto seja superior a um ano, conforme súmula do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) conduz à absolvição se expirado o prazo sem revogação.</p>
<p>47. De acordo com entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, o aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta e não pode decorrer unicamente da indicação</p> <p>(A) da gravidade abstrata do delito.</p> <p>(B) da circunstância de o acusado responder a outras ações penais.</p> <p>(C) da reincidência do réu.</p> <p>(D) da consumação ou não do delito.</p> <p>(E) do número de majorantes.</p>	<p>52. O crime de associação para o tráfico</p> <p>(A) exige o concurso de mais de três pessoas.</p> <p>(B) permite a concessão do livramento condicional após o cumprimento de 1/3 (um terço) da pena, se primário o condenado, ou de 1/2 (metade), se reincidente em crime doloso.</p> <p>(C) admite a redução da pena de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços), desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.</p> <p>(D) admite redução da pena em caso de semi-imputabilidade do acusado.</p> <p>(E) não se configura no caso de associação para o custeio de tráfico por terceiros.</p>
<p>48. Nos crimes contra a liberdade sexual, NÃO constitui causa de aumento da pena a circunstância de</p> <p>(A) resultar gravidez.</p> <p>(B) o agente ser casado.</p> <p>(C) o agente ser empregador da vítima.</p> <p>(D) o crime ser cometido com concurso de duas ou mais pessoas.</p> <p>(E) o agente transmitir doença sexualmente transmissível de que sabe ser portador.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Processual Penal</p> <p>53. Se o crime for de alçada privada, a instauração de inquérito policial</p> <p>(A) não interrompe o prazo para o oferecimento de queixa.</p> <p>(B) é indispensável para a propositura da ação penal.</p> <p>(C) constitui causa de interrupção da prescrição.</p> <p>(D) suspende o prazo para o oferecimento de queixa.</p> <p>(E) não pode ocorrer de ofício, admitindo-se, porém, requisição da autoridade judiciária.</p>



<p>54. No tocante à prova, o juiz</p> <p>(A) formará sua convicção pela livre apreciação da produzida nos autos, sem qualquer restrição.</p> <p>(B) poderá, de ofício, ordenar a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, mas apenas depois de iniciada a ação penal.</p> <p>(C) formará sua convicção pela livre apreciação da produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão em provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.</p> <p>(D) observará a necessidade, adequação e proporcionalidade da produção antecipada de provas, mesmo antes de iniciada a ação penal.</p> <p>(E) não poderá determinar, de ofício, no curso da instrução, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.</p>	<p>58. No procedimento sumaríssimo da Lei nº 9.099/95, que trata das infrações penais de menor potencial ofensivo,</p> <p>(A) não encontrado o acusado para citação pessoal, a competência não se desloca para o juízo comum.</p> <p>(B) são cabíveis embargos de declaração e, quando opostos contra sentença, suspendem o prazo para o recurso.</p> <p>(C) o interrogatório é anterior à inquirição das testemunhas.</p> <p>(D) a sentença deve conter relatório, motivação e parte decisória.</p> <p>(E) a competência é determinada pelo domicílio do autor do fato.</p>
<p>55. A citação</p> <p>(A) é admissível por hora certa, estabelecendo a legislação processual penal forma específica e determinada.</p> <p>(B) do réu preso é dispensável, bastando a requisição.</p> <p>(C) procedida por edital de réu preso em outra unidade da federação é nula, segundo entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(D) procedida pessoalmente não conduz à suspensão do processo se o réu deixar de comparecer a algum ato.</p> <p>(E) é inadmissível por carta precatória.</p>	<p>59. O Juiz, ao proferir a sentença condenatória,</p> <p>(A) não precisa fundamentar a manutenção de prisão cautelar decretada no curso do feito.</p> <p>(B) pode decretar a prisão preventiva e condicionar o recebimento de apelação ao recolhimento do acusado à prisão.</p> <p>(C) não pode obstar o apelo em liberdade com fulcro apenas na reincidência e má antecedência do acusado.</p> <p>(D) não pode condicionar o recebimento de apelação ao recolhimento do acusado à prisão, mas o conhecimento do recurso pelo Tribunal depende da efetivação da segregação cautelar.</p> <p>(E) não pode decretar a prisão preventiva se reconhecer a primariedade do acusado.</p>
<p>56. Na resposta à acusação, o réu</p> <p>(A) pode arrolar testemunhas e oferecer documentos, mas não arguir prescrição.</p> <p>(B) pode suscitar nulidade e excludente da ilicitude.</p> <p>(C) não pode suscitar a atipicidade do fato, embora possa especificar as provas pretendidas.</p> <p>(D) pode arguir preliminares, mas não causa de extinção da punibilidade.</p> <p>(E) não pode suscitar decadência ou <i>abolitio criminis</i>.</p>	<p>60. Cabe recurso em sentido estrito contra a decisão que</p> <p>(A) julgar procedente a exceção de suspeição.</p> <p>(B) impronunciar o réu.</p> <p>(C) negar o livramento condicional.</p> <p>(D) decidir sobre unificação de penas.</p> <p>(E) denegar a apelação.</p>
<p>57. É cabível a absolvição sumária no procedimento do júri quando</p> <p>(A) não houver prova suficiente de ser o acusado o autor ou partícipe do fato.</p> <p>(B) verificada a atipicidade do fato e demonstrada qualquer causa de isenção de pena.</p> <p>(C) não houver prova suficiente da existência do fato.</p> <p>(D) reconhecida a inimputabilidade do acusado por doença mental, ainda que esta não tenha sido a única tese defensiva.</p> <p>(E) verificada excludente da ilicitude ou, em certos casos, da culpabilidade.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Constitucional</p> <p>61. Considerada a disciplina constitucional e a respectiva regulamentação legal da ação direta de inconstitucionalidade por omissão, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) pode ser proposta pelos legitimados à propositura da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade.</p> <p>(B) não admite desistência.</p> <p>(C) não admite medida cautelar.</p> <p>(D) cabe agravo da decisão que indeferir a petição inicial.</p> <p>(E) em caso de omissão imputável a órgão administrativo, as providências deverão ser adotadas no prazo de 30 (trinta) dias, ou em prazo razoável a ser estipulado excepcionalmente pelo Supremo Tribunal Federal, tendo em vista as circunstâncias específicas do caso e o interesse público envolvido.</p>



62. Sobre os direitos e garantias fundamentais na Constituição brasileira de 1988 é correto afirmar:
- (A) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial e para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
 - (B) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior pelo uso e eventual dano.
 - (C) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
 - (D) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com ou sem representação no Congresso Nacional.
 - (E) São gratuitos, para os brasileiros, o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.
63. A Constituição de 1988, no que se refere à organização federativa aplicada aos Municípios, dispõe que
- (A) à eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito, em se tratando de Município com mais de duzentos mil habitantes, aplicam-se as normas relativas às eleições em dois turnos.
 - (B) o pleno ou órgão especial do Tribunal de Justiça tem competência privativa para julgar o Prefeito.
 - (C) compete ao Município criar, organizar e suprimir distritos, observado o respectivo plano diretor, independentemente da legislação estadual.
 - (D) compete ao Município organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
 - (E) a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais é permitida às Constituições estaduais, mas não às leis orgânicas municipais.
64. A disciplina constitucional das imunidades parlamentares e a sua respectiva compreensão jurisprudencial permitem afirmar:
- (A) A inviolabilidade parlamentar não se estende ao congressista quando, na condição de candidato a qualquer cargo eletivo, vem a ofender, moralmente, a honra de terceira pessoa, inclusive a de outros candidatos, em pronunciamento motivado por finalidade exclusivamente eleitoral, que não guarda qualquer conexão com o exercício das funções congressuais.
 - (B) Desde a proclamação do resultado das eleições, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável.
 - (C) Os Deputados e Senadores, desde a proclamação do resultado das eleições, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (D) A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares, dependerá de prévia licença da Casa respectiva, salvo em tempo de guerra.
 - (E) As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de três quintos dos membros da Casa respectiva.
65. Segundo a Constituição do Estado de Pernambuco, são leis complementares as que disponham sobre normas gerais referentes às matérias abaixo indicadas, EXCETO
- (A) à organização do Ministério Público.
 - (B) à Procuradoria-Geral do Estado.
 - (C) à Defensoria Pública.
 - (D) aos servidores públicos do Estado.
 - (E) ao Plano Estadual de Meio Ambiente.
- Direito Eleitoral**
66. Sobre o sistema eleitoral brasileiro, no que se refere à representação proporcional, é correto afirmar:
- (A) A deliberação sobre coligação caberá à Convenção Nacional de cada Partido, quando se tratar de eleição para a Câmara dos Deputados.
 - (B) Só poderão concorrer à distribuição dos lugares os Partidos e coligações que tiverem obtido quociente eleitoral, inclusive quando do preenchimento dos lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários, salvo quando nenhum Partido ou coligação alcançar o quociente eleitoral, hipótese em que serão considerados eleitos, até serem preenchidos todos os lugares, os candidatos mais votados.
 - (C) Determina-se o quociente eleitoral dividindo-se o número de votos válidos apurados (aí incluídos os votos em branco) pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral.
 - (D) Na ocorrência de vaga, não havendo suplente para preenchê-la, far-se-á eleição, salvo se faltarem menos de doze meses para findar o período de mandato.
 - (E) Em caso de empate, haver-se-á por eleito o candidato mais jovem.
67. Considere as seguintes afirmações sobre impugnações perante as Juntas Eleitorais e assinale a INCORRETA.
- (A) À medida que os votos são apurados, os fiscais e delegados de partido, assim como os candidatos, podem apresentar impugnações que serão decididas de plano pela Junta.
 - (B) As Juntas decidem por maioria de votos as impugnações.
 - (C) Não é admitido recurso contra a apuração quando não tiver havido impugnação perante a Junta, no ato da apuração, contra as nulidades arguidas.
 - (D) Das decisões da Junta cabe recurso imediato, interposto verbalmente ou por escrito, que deve ser fundamentado no prazo de vinte e quatro horas para que tenha seguimento.
 - (E) Resolvidas as impugnações, a Junta passa a apurar os votos.
68. A propaganda
- (A) de candidatos a cargos eletivos somente é permitida após o registro da respectiva candidatura junto à Justiça Eleitoral.
 - (B) política mediante radiodifusão, televisão, comícios ou reuniões públicas, qualquer que seja, é vedada desde setenta e duas horas antes até vinte e quatro horas depois da eleição.
 - (C) de instigação à desobediência coletiva ao cumprimento da lei de ordem pública é permitida.
 - (D) partidária ou eleitoral, em recinto aberto, depende de licença da polícia.
 - (E) partidária que implique oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza não será tolerada.



<p>69. É crime eleitoral apenado com reclusão</p> <p>(A) induzir alguém a se inscrever eleitor com infração de qualquer dispositivo do Código Eleitoral.</p> <p>(B) reter título eleitoral contra a vontade do eleitor.</p> <p>(C) promover desordem que prejudique os trabalhos eleitorais.</p> <p>(D) impedir ou embaraçar o exercício do sufrágio.</p> <p>(E) valer-se o servidor público da sua autoridade para coagir alguém a votar ou não votar em determinado candidato ou partido.</p>	<p>73. Em relação ao protesto de títulos, é correto afirmar:</p> <p>(A) O protesto será tirado por falta de pagamento, de aceite ou de devolução, só podendo ser efetuado o protesto por falta de aceite antes do vencimento da obrigação e após o decurso do prazo legal para o aceite ou a devolução.</p> <p>(B) Em nenhum caso serão protestados títulos e outros documentos de dívida em moeda estrangeira, emitidos fora do Brasil.</p> <p>(C) Todos os títulos serão examinados pelo tabelião de protesto em seus caracteres formais, inclusive quanto à ocorrência de prescrição ou caducidade, só tendo curso se não apresentarem vícios.</p> <p>(D) Quando a intimação do devedor for efetivada excepcionalmente no último dia do prazo ou além dele, por motivo de força maior, o protesto será tirado antecipadamente.</p> <p>(E) O protesto é ato personalíssimo, devendo sua intimação ocorrer sempre na figura do devedor e defesa a intimação por edital.</p>
<p>70. NÃO é nula a votação quando</p> <p>(A) a maioria dos eleitores opta pelo voto nulo.</p> <p>(B) efetuada em folhas de votação falsas.</p> <p>(C) realizada em dia, hora, ou local diferentes do designado ou encerrada antes das 17 horas.</p> <p>(D) preterida formalidade essencial do sigilo dos sufrágios.</p> <p>(E) feita perante mesa não nomeada pelo juiz eleitoral, ou constituída com ofensa à letra da lei.</p>	<p>74. Deferido o processamento da recuperação judicial,</p> <p>(A) serão suspensas as execuções de natureza fiscal, mas não as de natureza trabalhista com penhora efetivada.</p> <p>(B) serão atraídas pelo Juízo que o deferiu todas as demandas por quantias ilíquidas.</p> <p>(C) suspende-se o curso da prescrição em face do devedor, não se dando, todavia, essa suspensão quando o pedido de recuperação judicial se fizer com base em plano especial apresentado por microempresas ou empresas de pequeno porte, no tocante aos créditos por ele não abrangidos.</p> <p>(D) o Juiz nomeará administrador judicial, que não poderá, em nenhuma hipótese, ser pessoa jurídica e, preferencialmente, a nomeação recairá em advogado ou contador de notória idoneidade e experiência profissional comprovada.</p> <p>(E) ficará o devedor dispensado da apresentação de certidões negativas para contratação com o Poder Público, mas, no respectivo contrato, deverá ser acrescida, após o nome comercial, a expressão "em Recuperação Judicial".</p>
<p style="text-align: center;">Direito Empresarial</p> <p>71. No que tange à duplicata:</p> <p>(A) o comprador poderá deixar de aceitá-la por vícios, defeitos e diferenças na qualidade ou na quantidade das mercadorias, exclusivamente.</p> <p>(B) é lícito ao comprador resgatá-la antes do aceite, mas não antes do vencimento.</p> <p>(C) trata-se de título causal, que por isso não admite reforma ou prorrogação do prazo de vencimento.</p> <p>(D) é título protestável por falta de aceite, de devolução ou de pagamento, podendo o protesto ser tirado mediante apresentação da duplicata, da triplicata, ou ainda por simples indicações do portador, na falta de devolução do título.</p> <p>(E) em nenhum caso poderá o sacado reter a duplicata em seu poder até a data do vencimento, devendo comunicar eventuais divergências à apresentante com a devolução do título.</p>	<p>75. Nas sociedades por ações,</p> <p>(A) a cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da assembleia geral e o estatuto não poderá deixar de conferir às ações preferenciais nenhum dos direitos reconhecidos às ações ordinárias, exceto a exclusão do direito de voto.</p> <p>(B) o estatuto fixará o número das ações, que sempre terão valor nominal, o qual poderá não ser o mesmo para todas as ações.</p> <p>(C) a constituição da companhia se dará mediante a subscrição, por ao menos 7 (sete) pessoas, de todas as ações em que se divide o capital, e, no caso de constituição por subscrição pública, dependerá do prévio registro da emissão na Comissão de Valores Mobiliários e será efetuada necessariamente com a intermediação de instituição financeira.</p> <p>(D) a incorporação de imóveis de qualquer valor para formação do capital social exige escritura pública.</p> <p>(E) o estatuto poderá prever vantagens políticas, assegurando a uma ou mais classe de ações preferenciais o direito de eleger, por votação em separado, um ou mais membros dos órgãos de administração.</p>
<p>72. É correto afirmar que</p> <p>(A) a lei assegurará tratamento isonômico ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição empresarial e aos efeitos dela decorrentes.</p> <p>(B) o empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.</p> <p>(C) é facultativa a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da sede respectiva, antes do início de sua atividade.</p> <p>(D) quem estiver legalmente impedido de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, não responderá pelas obrigações que contrair.</p> <p>(E) é vedado aos cônjuges contratar sociedade entre si ou com terceiros, qualquer que seja o regime de bens escolhido.</p>	

**Direito Tributário**

76. Em nosso sistema tributário, os impostos designados residuais
- (A) podem ser instituídos por lei ordinária federal, desde que não sejam cumulativos e tenham fato gerador e base de cálculo inéditos.
 - (B) podem ser instituídos pela União, Estados ou Municípios, desde que não sejam cumulativos e tenham fato gerador e base de cálculo inéditos.
 - (C) podem ser instituídos por lei ordinária federal, desde que tenham fato gerador e base de cálculo inéditos.
 - (D) são de competência privativa da União e só podem ser instituídos mediante lei complementar.
 - (E) são instituídos para cobertura das despesas residuais orçamentárias.
77. Para discernir a isenção do diferimento do tributo, basta considerar que
- (A) a isenção deve observar estritamente o princípio da legalidade.
 - (B) enquanto aquela é subjetiva, pois concedida *intuitu personae*, este é objetivo, pois concedido segundo a natureza do produto.
 - (C) enquanto aquela desonera o pagamento do tributo, este implica em adiamento da incidência.
 - (D) enquanto aquela desonera o pagamento do tributo, este implica em antecipação ou adiamento da incidência.
 - (E) enquanto aquela somente pode ser concedida mediante lei ordinária, este pode ser instituído através de decreto.
78. Em nosso sistema tributário, a diferença entre o contribuinte e o responsável tributário é que
- (A) aquele responde pelos impostos e estes pelas taxas regularmente instituídas.
 - (B) este último somente responde nos casos de impossibilidade do cumprimento da obrigação pelo contribuinte.
 - (C) este último é sempre uma pessoa física.
 - (D) somente o contribuinte pode impugnar a constituição do crédito tributário, mediante oferecimento de defesa fiscal.
 - (E) enquanto o contribuinte realiza o fato gerador, a responsabilidade deste último deriva exclusivamente da lei.
79. A importância paga pelos usuários de nossas rodovias a título de pedágio qualifica-se como
- (A) preço público.
 - (B) tributo.
 - (C) taxa de serviço público.
 - (D) contribuição de melhoria.
 - (E) preço compulsório.
80. A responsabilidade por infrações, em nosso sistema tributário, é excluída
- (A) pelo pedido de parcelamento do débito fiscal, antes da decisão administrativa.
 - (B) pela propositura de ação declaratória de inexistência de relação jurídica tributária, antes da instauração de qualquer procedimento administrativo.
 - (C) pela denúncia espontânea da infração apresentada a qualquer tempo.
 - (D) pela denúncia espontânea da infração apresentada no curso do procedimento fiscal, antes da decisão administrativa.
 - (E) pela superveniência de sucessão tributária.
81. Em nosso sistema tributário, a data da constituição definitiva do crédito tributário é o marco fundamental para contagem do prazo de
- (A) decadência.
 - (B) interposição de recurso administrativo.
 - (C) pagamento do crédito tributário sem juros e correção monetária.
 - (D) prescrição tributária.
 - (E) parcelamento do débito fiscal.
82. A regra da anterioridade, que veda cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, NÃO se aplica
- (A) aos impostos de importação e exportação.
 - (B) ao IR.
 - (C) ao ITR.
 - (D) às contribuições sociais.
 - (E) aos impostos estaduais.
83. O art. 155, § 2º, inciso X, letra "d", da Constituição Federal, enuncia que o ICMS "não incidirá" sobre prestação de serviços de comunicação nas modalidades de radiodifusão e transmissão de imagens. Bem observado, o dispositivo consagra, segundo a melhor doutrina do direito,
- (A) hipótese de não-incidência tributária.
 - (B) imunidade tributária.
 - (C) isenção de nível constitucional.
 - (D) isenção pura e simples.
 - (E) remissão fiscal.
84. Em nosso sistema tributário, a não-cumulatividade e a essencialidade são atributos exclusivos
- (A) do ICMS.
 - (B) do IR.
 - (C) dos impostos residuais.
 - (D) do ITR.
 - (E) do IPI.



Direito Ambiental

85. Acatando pedido formulado por uma associação (Organização Não Governamental – ONG), em ação civil pública, o Juiz de Direito da comarca concede liminar impedindo a reforma da fachada do prédio de um clube, construído há cerca de cem anos, bem este que, apesar de não ter sido tombado pelo órgão estadual do patrimônio histórico e cultural, é considerado pela comunidade local como parte de seu patrimônio histórico. O presidente do clube dizendo-se amparado por decisão da diretoria, intimado da ordem judicial, determina a destruição da parte externa do imóvel, o que se realiza em poucas horas. Esta conduta, do ponto de vista penal, pode ser considerada
- (A) atípica, porque inexistente um tipo penal correspondente no Código Penal e na legislação ambiental.
- (B) infração penal tipificada no art. 163 do Código Penal, que configura crime de dano.
- (C) atípica, como crime ambiental previsto na Lei nº 9.605/98, na seção IV do Capítulo V, que trata dos “Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural”, porque o imóvel não se encontrava tombado pela autoridade administrativa competente.
- (D) típica, como crime ambiental previsto na Lei nº 9.605/98, na seção IV do Capítulo V, que trata dos “Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural”.
- (E) crime de resistência, previsto no art. 329 do Código Penal.
-
86. O art. 72 da Lei nº 9.605/98 elenca o rol de sanções administrativas cabíveis no caso de infração administrativa ao meio ambiente e prevê como a primeira delas (inc. I) a pena de advertência, sobre a qual é correto afirmar:
- (A) Trata-se de mera admoestação sem consequência alguma, exceto a de constar nos antecedentes do infrator, podendo, por isso mesmo, ser aplicada independentemente da instauração do devido processo legal.
- (B) Trata-se de sanção como outra qualquer e que não é pressuposto para a aplicação das demais.
- (C) Trata-se de sanção que deve preceder a aplicação das demais e que, por isso mesmo, é a primeira a ser prevista.
- (D) Trata-se de sanção que pode ser aplicada de plano, sem necessidade de contraditório, face ao princípio da verdade sabida.
- (E) Trata-se de sanção que, por suas próprias características, deve ser aplicada em conjunto com outras previstas nos vários incisos do referido artigo.
-
87. O Ministério Público propôs ação civil pública contra proprietário de indústria clandestina (sociedade de fato), que vinha causando poluição hídrica e sonora na localidade em que estava instalada e também contra o proprietário do imóvel arrendado pelo poluidor. Em termos de responsabilidade civil pelo dano ambiental, o proprietário arrendador
- (A) não responde civilmente, porque inexistente nexo causal entre sua conduta e o dano ambiental causado.
- (B) responde civilmente, mas apenas em caráter subsidiário, caso o empresário arrendatário não possua bens.
- (C) responde civilmente, todavia nos limites do valor do contrato firmado com o arrendatário.
- (D) não responde civilmente, porque no contrato firmado com o arrendatário existe cláusula excluindo-o de responsabilidade por danos ambientais.
- (E) responde civilmente, em caráter solidário, porque omitiu-se no dever de preservação ambiental da propriedade.
-
88. O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA é órgão encarregado de
- (A) reunir em um sistema único os órgãos da administração ambiental federal, estadual e municipal, promovendo reuniões trimestrais entre eles para tornar efetiva a proteção do meio ambiente.
- (B) gerir o Fundo Nacional do Meio Ambiente e a distribuição de recursos para projetos ambientais.
- (C) estudar e propor diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e executar a política nacional do meio ambiente, podendo agir administrativa ou judicialmente.
- (D) estudar e propor diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e deliberar, no âmbito de suas competências, sobre normas e padrões compatíveis com a proteção do meio ambiente.
- (E) expedir Resoluções para a manutenção da qualidade do meio ambiente no âmbito federal.
-
89. Os municípios brasileiros, face ao ordenamento constitucional e legal, no que se refere ao licenciamento ambiental,
- (A) podem emitir licença ambiental exclusivamente nos casos que envolvam o patrimônio histórico local.
- (B) podem emitir licença ambiental, desde que o empreendimento seja de interesse apenas local e não afete o meio ambiente em nível regional ou nacional.
- (C) não podem emitir licença ambiental em hipótese nenhuma.
- (D) não podem emitir licença ambiental em hipótese nenhuma exceto se receberem, para tanto, delegação expressa do IBAMA.
- (E) podem emitir licença ambiental, desde que o empreendimento se situe e abranja área de região metropolitana reconhecida por lei.
-
90. As águas subterrâneas são bens de domínio
- (A) da União Federal, desde que ultrapassem os limites do território estadual.
- (B) do Município onde se situam.
- (C) do proprietário do imóvel onde se localizam.
- (D) do órgão ambiental do Estado-membro.
- (E) do Estado-membro onde se situam.
-
91. Em razão da prática de crime previsto na Lei nº 9.605/98, as pessoas jurídicas, desde que a infração tenha sido cometida por decisão de seu representante legal ou contratual ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade, podem ser sancionadas com
- (A) multa, penas restritivas de direitos ou de prestação de serviços à comunidade, isolada, cumulativa ou alternativamente.
- (B) multa e obrigação de ressarcir o dano ambiental causado.
- (C) multa e prestação de serviços à comunidade.
- (D) declaração de perda da personalidade jurídica com consequente responsabilidade pessoal dos sócios.
- (E) penas restritivas de direitos, consistentes em suspensão parcial ou total de atividades, interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade ou proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.



92. Uma associação (Organização Não Governamental – ONG) com sede em Petrópolis, RJ, tendo como finalidade a proteção do patrimônio histórico e cultural, criada há mais de 1 ano, inconformada com o tratamento dado pelo órgão de proteção do patrimônio histórico e cultural pernambucano a determinado imóvel localizado no Recife, neste Estado,
- (A) não pode entrar com a ação judicial por ter sede fora do Estado de Pernambuco, porém pode representar ao Ministério Público do Estado de Pernambuco para que o faça.
 - (B) pode ingressar com ação civil pública na comarca de Petrópolis, RJ, onde se situa sua sede, citando as partes por precatória.
 - (C) pode ingressar com ação civil pública na comarca do Recife, mesmo tendo sua sede em outro estado, porque tem legítimo interesse para propor a ação e legitimidade processual.
 - (D) não pode propor a ação civil pública, porque em casos envolvendo patrimônio histórico e cultural apenas o Ministério Público Federal tem legitimidade para propô-la.
 - (E) pode propor a ação civil pública, desde que o faça em litisconsórcio ativo com o Ministério Público Federal ou Estadual, por expressa disposição legal existente na Lei nº 7.347 de 1985.

Direito Administrativo

93. Suponha uma situação em que uma empresa pública contrate pessoal por processo seletivo, conforme legislação então vigente, que posteriormente venha a ser entendido por Tribunal de Contas como não suficiente para atender à exigência constitucional de concurso público. Suponha ainda que se queira, transcorrido período superior a 5 anos, anular as contratações assim realizadas. Um caso como esse encontra claros precedentes em recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido de se impor a
- (A) anulação das contratações, com base no princípio da legalidade estrita.
 - (B) manutenção das contratações, com base no princípio da proteção à confiança, constante expressamente do rol de princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.
 - (C) revogação das contratações, mediante juízo de conveniência e oportunidade da Administração, vez que não caracterizada ilicitude na situação.
 - (D) manutenção das contratações, com base no princípio da segurança jurídica, implícito no princípio do Estado de Direito.
 - (E) anulação das contratações, com base no princípio da isonomia, implícito na regra do concurso público.
94. Conforme o Direito federal vigente, como regra, não há necessidade de motivação de atos administrativos que
- (A) imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções.
 - (B) promovam a exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão.
 - (C) decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública.
 - (D) dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório.
 - (E) decorram de reexame de ofício.

95. Nos termos da Lei vigente no Brasil, um agente público que aceite emprego, comissão ou exerça atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade, está praticando um ato caracterizado como
- (A) de improbidade administrativa, estando sujeito, por este enquadramento, entre outras, às penas de prisão e multa civil.
 - (B) apenas infração administrativa, estando sujeito, por este enquadramento, entre outras, às penas de advertência e multa.
 - (C) de improbidade administrativa, estando sujeito, por este enquadramento, entre outras, às penas de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio e suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos.
 - (D) abuso de autoridade, estando sujeito, por este enquadramento, entre outras, às penas de perda do cargo ou emprego público e prisão civil.
 - (E) apenas infração administrativa, estando sujeito, por este enquadramento, entre outras, às penas de ressarcimento do dano e suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos.

96. Consoante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa
- (A) desde que demanda idêntica seja levada, concomitantemente, pelo interessado, à apreciação judicial.
 - (B) quando da decisão puder resultar anulação de ato administrativo que beneficie o interessado, sem exceções, mas excluídas as hipóteses de revogação de ato.
 - (C) quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
 - (D) quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, sem exceções.
 - (E) em quaisquer procedimentos.

97. É regra estranha ao tratamento legal da modalidade de licitação dita pregão, em termos de normas gerais, a que determina que
- (A) no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 20% superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
 - (B) o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 dias úteis.
 - (C) para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.
 - (D) examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.
 - (E) encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.



98. Interpretando a Constituição Federal em matéria processual, o Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar
- (A) não ofende a Constituição.
 - (B) ofende o princípio constitucional da ampla defesa.
 - (C) ofende o princípio constitucional do contraditório.
 - (D) ofende o princípio constitucional da moralidade.
 - (E) ofende o princípio constitucional da indispensabilidade do advogado à administração da justiça.

99. A Medida Provisória nº 2.183-56/01 introduziu o seguinte artigo no Decreto-Lei nº 3.365/41: "Art. 15-A. No caso de imissão prévia na posse, na desapropriação por necessidade ou utilidade pública e interesse social, inclusive para fins de reforma agrária, havendo divergência entre o preço ofertado em juízo e o valor do bem, fixado na sentença, expressos em termos reais, incidirão juros compensatórios de até seis por cento ao ano sobre o valor da diferença eventualmente apurada, a contar da imissão na posse, vedado o cálculo de juros compostos". Analisando a constitucionalidade do dispositivo, o Supremo Tribunal Federal decidiu cautelarmente suspender a eficácia da expressão
- (A) "vedado o cálculo de juros compostos", vez que nada na Constituição Federal veda esse cálculo.
 - (B) "inclusive para fins de reforma agrária", vez que não há pagamento de juros compensatórios nessa hipótese.
 - (C) "no caso de imissão prévia na posse", vez que é instituto incompatível com a ideia de indenização "justa e prévia".
 - (D) "ou utilidade pública", vez que não cabe imissão prévia na posse no caso de desapropriação por mera utilidade pública.
 - (E) "de até seis por cento ao ano", vez que o entendimento jurisprudencial prevalecente é no sentido de serem devidos juros compensatórios à taxa de doze por cento ao ano.

100. Nos termos da Lei federal que dispõe sobre normas gerais de concessão de serviços públicos, a encampação, entendida como
- (A) intervenção do poder concedente na concessão, ocupando provisoriamente as instalações da empresa concessionária, é cabível para garantir a continuidade da prestação do serviço.
 - (B) o modo de encerramento do contrato, por motivo de inexecução por parte da empresa concessionária, depende de apuração das faltas mediante devido processo legal.
 - (C) a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, depende de lei autorizativa específica e prévio pagamento da indenização.
 - (D) o modo de encerramento do contrato, por motivo de caso fortuito ou de força maior, depende de autorização judicial.
 - (E) o desfazimento do contrato devido a ilegalidade não imputável à intenção das partes, enseja o pagamento de indenização correspondente aos investimentos não amortizados realizados pela empresa concessionária.